

POLÍTICA ECONÔMICA

Alimentos mais caros fazem Índice de Preços ao Consumidor subir muito. Para tentar conter aumento do custo de vida, governo eleva juros, mesmo sabendo que renda do trabalhador cai há quase 24 meses consecutivos

Dia ruim

- ✓ INFLAÇÃO BATE RECORDE
- ✓ BC ELEVA TAXA DE JUROS
- ✓ SOBE RISCO DE RECESSÃO

Vicente Nunes
Da equipe do Correio

A possibilidade, cada vez maior, de a inflação fugir ao controle em 2003, primeiro ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), levou o Comitê de Política Monetária (Copom) a promover novo aumento na taxa básica de juros. A Selic subiu de 21% para 22% ao ano. É o mais alto patamar desde junho de 1999 (veja quadro). A subida dos juros (no mês passado, em reunião extraordinária, o Copom havia puxado a Selic de 18% para 21% ao ano) foi explicada por meio de uma curta nota do Banco Central: "O aumento da expectativa de inflação para 2003 levou o Copom a aumentar a Selic para 22%". O Comitê não definiu, porém, nenhum viés (tendência) para os juros. Na semana passada, o Correio havia antecipado que a disparada da inflação tornara inevitável o aumento da Selic.

O ponto crucial para mais um aperto na política monetária foi a divulgação, logo pela manhã, do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas (Fipe). A inflação da segunda prévia de novembro atingiu 2,03%, o mais elevado índice desde janeiro de 1996, quando o IPC alcançou 2,07%. O índice da Fipe foi puxado, sobretudo, por forte onda de reajustes nos preços dos alimentos. Nas últimas quatro semanas, os aumentos do grupo alimentação chegaram a 5,4%, menor apenas que os 5,83% registrados na terceira quadrimestre de novembro de 1994. A lista de reajustes foi encabeçada pelos produtos que refletem a alta do dólar, como pão francês (12,48%), açúcar (32,32%) e óleo de soja (13,11%). Também puxaram o IPC o quilo do frango (11,13%), o arroz (14,01%) e o coxão mole (7,09%).

Por causa desse quadro preocupante, o coordenador da Fipe, Heron do Carmo, reviu, para cima, a inflação medida pelo IPC para este ano. Ele aposta, agora, em um índice de 1,8% neste mês e de 7,5% para 2002. No início do ano, a previsão era de um IPC de 4%. "Infelizmente, foi-se por terra a última âncora do real, a âncora verde, a dos preços dos alimentos", disse o economista-chefe da Gap Asset Management, Alexandre Maia.

Ele afirmou, ainda, que, até o início do mês passado, acreditava-se que os preços ao consumidor não seriam contaminados pela alta do dólar (70% nos últimos 12 meses). Mas o repasse para o varejo (supermercados, principalmente) foi mais forte do que se esperava. Tanto que o IPCA, índice que serve de parâmetro para as metas de inflação do governo, fechou outubro em 1,31%, acumulando alta de 6,98% no ano. A meta para o IPCA era de 3,5%, podendo oscilar dois pontos para cima ou para baixo. Para 2003, a previsão subiu de 5,9% para 9,81% no último mês.

Ainda que os principais indicadores do mercado tenham sido positivos — dólar em queda de 1,13% e bolsa em alta de 1,16% — a esperada decisão do Copom dividiu opiniões. Para o presidente do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (Ibef), João Carlos de Almeida, não havia necessidade de um novo aumento nos juros, pois a elevação de três pontos percentuais de outubro ainda não fez efeito sobre a economia.

EM ALTA

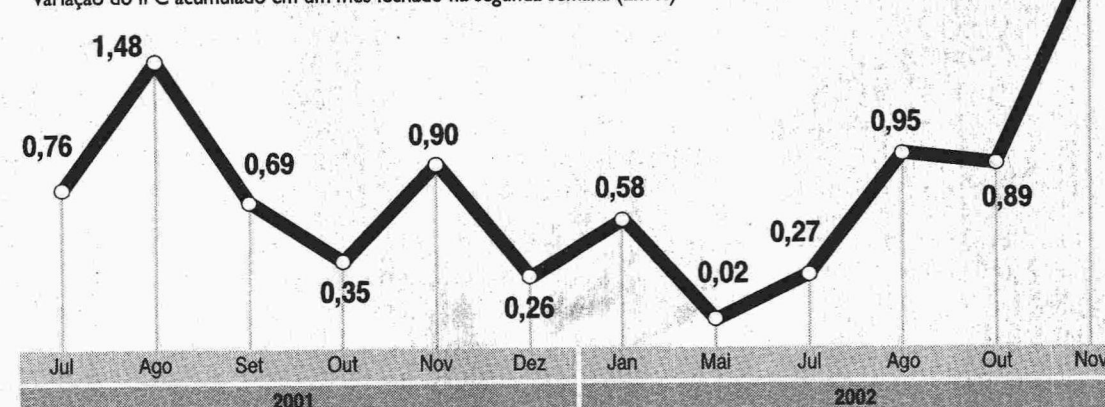
Juros no Brasil

A taxa básica atual é a mais alta desde junho de 1999 (Em %)



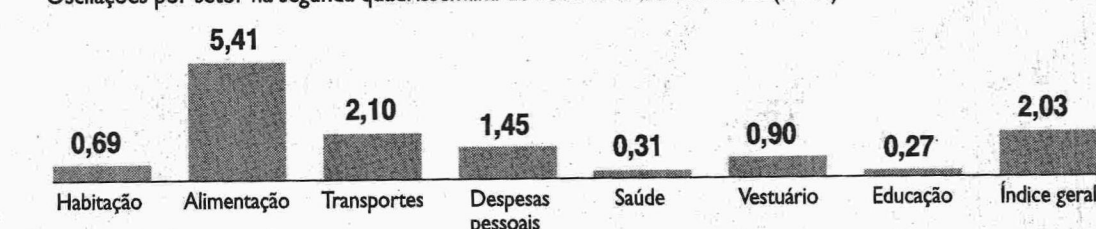
Inflação em São Paulo

O IPC da Fipe, de 2,03% na capital paulista na segunda quadrimestre de novembro, é o maior desde a terceira medição dos preços ao consumidor em janeiro de 1996. Variação do IPC acumulada em um mês fechada na segunda semana (Em %)



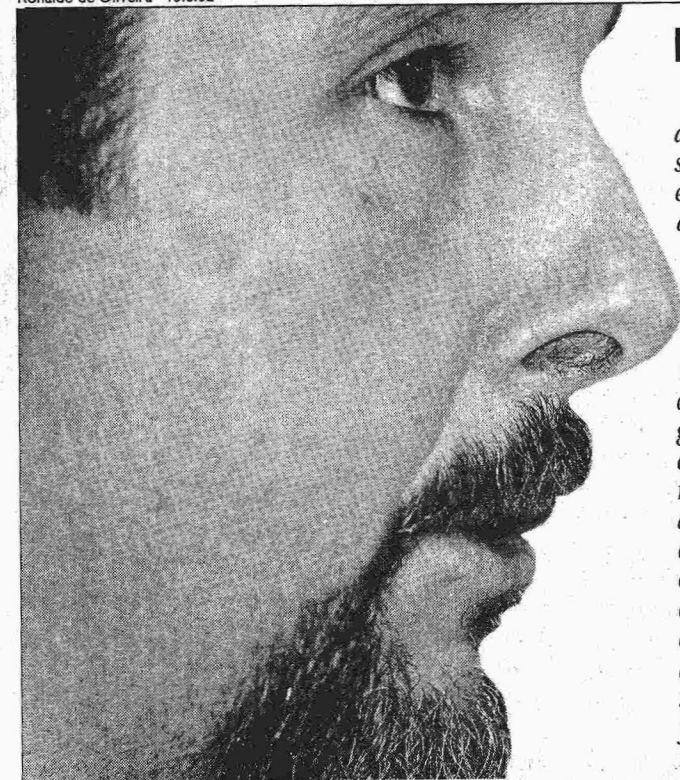
O que ficou mais caro

Oscilações por setor na segunda quadrimestre de novembro em São Paulo (Em %)



Fonte: Fipe. Observação: A variação quadrimestre é a comparação dos preços médios de quatro semanas em relação às quatro imediatamente anteriores

Ronaldo de Oliveira 13.6.02



DUAS SEMANAS DECISIVAS

Técnicos da equipe econômica admitem que as duas próximas semanas serão fundamentais na reversão das expectativas inflacionárias, que apontam para índices próximos de 10% em 2003. O presidente do Banco Central, Arminio Fraga (foto), espera queda acentuada na cotação do dólar, principal razão das remarcações de preços que tomaram conta do comércio e da indústria. O governo apostava que, depois das eleições, a cotação da moeda americana recuaria de R\$ 3,90 para aproximadamente R\$ 3,20. Recuou, mas está acima de R\$ 3,50, estimulando o que os economistas chamam de inflação de custos. Na avaliação da equipe econômica, a queda do dólar romperá a ânsia remarcadora, porque não há renda suficiente entre os trabalhadores para justificar aumentos de quase 100% em vários produtos, nos últimos dois meses.

DECISÃO PRECIPITADA

Na opinião de João Carlos de Almeida, presidente do Ibef, os juros em 22% ao ano vão empurrar o país mais rapidamente para a recessão e aumentar a dívida pública. Cada ponto percentual de aumento dos juros implica um custo a mais de R\$ 3,2 bilhões por ano no endividamento do governo. "A economia continua estagnada, a renda dos trabalhadores está em queda há quase dois anos e o desemprego, em níveis recordes", assinalou.

Para o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Sérgio Gomes de Almeida, ainda é cedo para se falar em recessão. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, anteontem, uma ligeira recuperação na atividade industrial. "Não acredito que a nova elevação dos juros vá abortar essa recuperação, ainda que incipiente", afirmou. Além disso, destacou Júlio, há indicadores mostrando que setores praticamente parados há dois, três anos, como o de eletrodomésticos, devem entrar em um novo ciclo de vendas em 2003, mesmo com a alta dos juros. "Existe uma demanda reprimida. O consumo de bens duráveis será ajudado pela queda na inadimplência, que traz milhares de consumidores novamente para o mercado de consumo", disse.

Responsável pela área de câmbio da Corretora Líquidez, Fábio Fender afirmou que, ao aumentar os juros, o Copom ganhou credibilidade. Havia, segundo ele, um temor de que, por ser fim de governo, o Comitê de Política Monetária optasse por deixar a inflação "rolar solta". "A austeridade demonstrada pelo Copom foi fundamental para manter a crença do mercado na política de metas inflacionárias", ressaltou. Ele disse, também, que a alta de um ponto percentual na Selic já estava incorporado pela maior parte do mercado. Por isso, o risco-país voltou ao seu menor nível desde 19 de julho último, fechando nos 1.584 pontos, com baixa de 2,46% em relação à véspera.

Fender reconheceu, porém, que a Selic de 22% não será suficiente para furar a "bolha inflacionária" que assusta a população. É que o país assiste a uma inflação de custos, ou seja, as empresas foram muito prejudicadas pela brutal elevação dos preços do dólar, pois parte das matérias-primas que elas usam são importadas. Para que se "fure" essa bolha, o ideal é que os preços do dólar caiam nas próximas semanas. "Eu trabalho com um dólar abaixo de R\$ 3,50 na virada do ano", disse o analista. Segundo ele, o que ajudará muito a reverter as expectativas inflacionárias será a nomeação da equipe econômica do futuro governo.

Para a diretoria do Banco Central e a alta cúpula do PT, se o novo aumento dos juros estimular a venda dos estoques especulativos que estão nos depósitos da indústria e do comércio, a decisão do Copom poderá ser comemorada. O governo indentificou que, ao sentarem em cima dos estoques, as empresas estimularam remarcações exageradas de preços, prejudicando principalmente a população mais pobre. Os juros mais altos tornam, na avaliação de técnicos do BC, mais caro o financiamento dos estoques e afastam os riscos de desabastecimento que andam rondando o setor de alimentos.